



DOMINGO DE MANHÃ

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVOTI/RS CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2021

ADVOGADO

INSTRUÇÕES

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das provas e das normas que regem esse certame.

1. Atente-se aos avisos contidos no quadro da sala.
2. Seus pertences deverão estar armazenados dentro do saco plástico fornecido pelo fiscal, permanecendo em sua posse somente caneta esferográfica de ponta grossa, de material transparente, com tinta preta, documento de identidade, lanche e água, se houver. A utilização de qualquer material não permitido em edital é expressamente proibida, acarretando a sua imediata exclusão do certame.
3. Certifique-se de que este caderno:
 - contém 50 (cinquenta) questões;
 - contém 01 (uma) prova discursiva com 01 (uma) questão;
 - refere-se ao cargo para o qual realizou a inscrição.
4. Cada questão oferece 5 (cinco) alternativas de respostas, representadas pelas letras A, B, C, D e E, sendo apenas 1 (uma) a resposta correta.
5. Será respeitado o tempo para realização da prova conforme previsto em edital, incluindo o preenchimento da grade de respostas e da Folha Definitiva da Prova Discursiva.
6. Os três últimos candidatos deverão retirar-se da sala de prova ao mesmo tempo, devendo assinar a Ata de Prova.
7. A responsabilidade referente à interpretação dos conteúdos das questões é exclusiva do candidato.
8. No caderno de prova, você poderá rabiscar, riscar e calcular.
9. Os gabaritos preliminares da prova objetiva serão divulgados na data descrita no Cronograma de Execução desse certame.



V1_01/12/2021 14:26:57



Instrução: As questões de números 01 a 10 referem-se ao texto abaixo. Os destaques ao longo do texto estão citados nas questões.

Comunicação não verbal

01 Depois de quase dois anos sem falar em público, rodeada de pessoas, daquele jeito frente
02 ___ frente, olho no olho, cara ___ cara, tive o prazer de realizar um encontro presencial com 30
03 vice-presidentes e diretores de recursos humanos das principais organizações do país em um
04 evento para o lançamento da pesquisa "Futuro do Ambiente de Trabalho no Cenário Pós-
05 pandemia".

06 Que saudade que eu estava de me encontrar com tantos profissionais que admiro e
07 compartilhar ideias, conhecimento, opiniões, histórias e sabe o que mais? Emoções.

08 Durante a pandemia, continuamos a compartilhar tudo isso que listei acima, mas a
09 transmissão da emoção por meio de expressões faciais, gestos, posturas, enfim, de tudo aquilo
10 que não é dito com palavras é mais desafiadora no online.

11 Nesse ambiente digital, sem querer, podemos acabar perdendo aquela habilidade de "ler"
12 o outro, de prestar atenção na linguagem corporal — e lá, naquele encontro, peguei-me
13 pensando nisso.

14 Nesse período de isolamento, desenvolvemos diversas habilidades de gestão à distância,
15 aprendemos a flexibilizar e a adaptar rotinas, a usar diversos recursos tecnológicos, incorporar
16 inovações digitais e assim por diante. Ao mesmo tempo em que adquirimos novos itens para a
17 nossa caixa de ferramentas, deixamos outros de lado sem perceber.

18 Chegou a hora de tirar o pó de alguns desses instrumentos pouco utilizados nos últimos
19 tempos, mas extremamente importantes. E, se eu fosse escolher um, começaria pela
20 comunicação não verbal. Algo em que você, um dia, já foi realmente muito bom! E, quando me
21 refiro ao passado, não estou falando da época pré-pandêmica, e sim daquele período na vida em
22 que as únicas formas de comunicação "disponíveis" eram, de alguma forma, a sua linguagem
23 corporal.

24 Quando você ainda não sabia falar e dependia de um sorriso, uma careta, um dedo
25 indicador apontando algo, um choro, uma risada e "recursos" similares utilizados em abundância
26 na infância. Formas de comunicação que, aos poucos, vão criando vínculos fortes e verdadeiros
27 entre as pessoas — neste caso, entre a criança e seus pais.

28 Olhar para trás pode dar essa pista de que a comunicação não verbal é intrínseca e natural
29 aos indivíduos, mas vai perdendo espaço para a comunicação verbal à medida que ficamos mais
30 velhos. Não que você deixe de se expressar usando seu corpo, é só que, talvez, pare de prestar
31 atenção nisso. Deixamos de reparar tanto nos nossos próprios gestos quanto nos dos outros e
32 isso pode trazer um impacto nessa conexão que comentei.

33 Uma conexão que aprendemos a fazer na infância, porém parecemos "esquecer" como
34 criá-la com outras pessoas ao longo da vida.

35 Lá no evento, diante de todos, prestando atenção em como os convidados sorriam,
36 acenavam ___ cabeça, cruzavam e descruzavam os braços, se mexiam na cadeira, pensei na
37 diferença que é transmitir um conteúdo dessa forma. Não que eu não goste dessa nossa relação
38 aqui, verbal, por meio dos artigos semanais e a troca de comentários. Mas é que, nessa
39 plataforma, eu só tenho uma parte de vocês e vocês também só têm contato com uma parte de
40 mim.

(Disponível em: <https://exame.com/blog/sofia-esteves/volta-pandemia-comunicacao-nao-verbal/> – texto adaptado especialmente para esta prova).

QUESTÃO 01 – Assinale a alternativa que NÃO indica um aprendizado válido, e que deva ser levado adiante, para as habilidades de trabalho durante o período pandêmico.

- A) Versatilidade nas formas de gestão.
- B) Adormecimento de parte de nossas habilidades de comunicação.
- C) Contato mais intenso com inovações tecnológicas.
- D) Ampliação da conexão entre pares.
- E) Adaptabilidade a novos cenários.

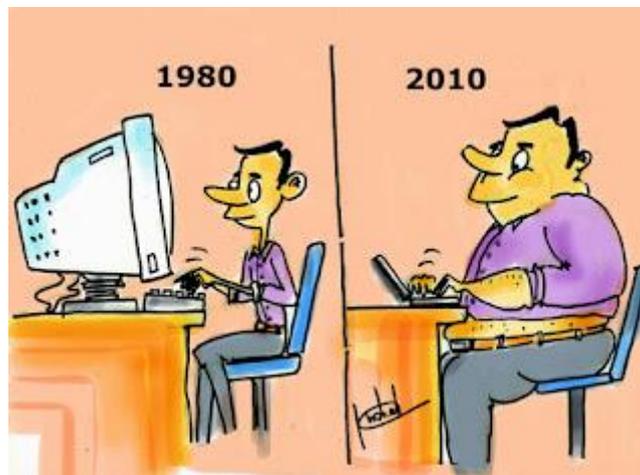
QUESTÃO 02 – Considerando o exposto pelo texto, analise as assertivas a seguir:

- I. A autora demonstra tristeza ao abordar a falta de contato presencial com seus interlocutores, mostrando que a pandemia trouxe somente perdas irrecuperáveis.
- II. Para a autora, a habilidade de comunicação não verbal advém de um período anterior ao ano de 2019, tendo sido construída ainda durante a infância.
- III. Para a autora, a linguagem corporal e sua interpretação acabaram sendo prejudicadas como forma de comunicação durante o trabalho remoto.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas I e III.
- E) Apenas II e III.

QUESTÃO 03 – Considerando o exposto pelo texto e a charge abaixo, analise as assertivas a seguir:



Fonte: <http://veportugues.blogspot.com/2017/02/linguagem-verbal-e-linguagem-nao-verbal.html>

- I. A charge retrata diretamente o assunto abordado pelo texto: o ganho de peso após o trabalho remoto.
- II. A charge encara o assunto debatido pelo texto sob um viés contrário, enquanto o texto aponta somente aspectos positivos do trabalho remoto, a charge faz críticas a essa nova modalidade.
- III. Apesar de tratarem sobre temas relacionados ao trabalho remoto, o texto e a charge não abordam os mesmos aspectos negativos derivados dessas práticas.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

QUESTÃO 04 – Considerando o emprego do acento indicativo de crase, assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as duas lacunas da linha 02 e a da linha 36.

- A) à - à - à
- B) a - a - a
- C) à - à - a
- D) a - à - a
- E) a - a - à

QUESTÃO 05 – Assinale a alternativa na qual NÃO haja o emprego da figura de linguagem conhecida como metáfora.

- A) “Depois de quase dois anos sem falar em público” (l. 01).
- B) “podemos acabar perdendo aquela habilidade de “ler” o outro” (l. 11-12).
- C) “adquirimos novos itens para a nossa caixa de ferramentas” (l. 16-17).
- D) “Chegou a hora de tirar o pó de alguns desses instrumentos” (l. 18).
- E) “Olhar para trás pode dar essa pista” (l. 28).

QUESTÃO 06 – Considerando a palavra “abundância” (l. 25), analise as assertivas a seguir e assinale V, se verdadeiro, ou F, se falso.

- () Um sinônimo possível da palavra destacada seria “profusão”.
- () Trata-se de um substantivo que pode ser classificado como polissílabo.
- () A palavra possui o mesmo número de letras e fonemas.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) V – V – V.
- B) V – V – F.
- C) V – F – V.
- D) F – V – F.
- E) F – F – V.

QUESTÃO 07 – Assinale a alternativa que indica o número da palavra sublinhada que se caracteriza por ser um pronome indefinido. Atenção: o número correspondente à palavra está inserido imediatamente após o vocábulo. “E, quando me (1) refiro ao passado, não estou falando da época pré-pandêmica, e sim daquele (2) período na vida em que (3) as únicas formas de comunicação “disponíveis” eram, de alguma (4) forma, a sua (5) linguagem corporal.

- A) 1.
- B) 2.
- C) 3.
- D) 4.
- E) 5.

QUESTÃO 08 – Considerando o emprego de recursos coesivos, analise as assertivas a seguir:

- I. O referente do pronome relativo “que”, na linha 10, é o pronome “aquilo” (l. 09).
- II. Na linha 11, o pronome demonstrativo “nesse” foi empregado porque a autora está no ambiente ao qual se refere.
- III. Na linha 16, a expressão “ao mesmo tempo em que” indica simultaneidade entre a ação referida anteriormente e aquela que será mencionada a seguir.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e III.
- E) Apenas II e III.

QUESTÃO 09 – Considerando o emprego da voz passiva, assinale a única alternativa que apresenta o uso dessa voz verbal.

- A) “de tudo aquilo que não é dito com palavras” (l. 09-10).
- B) “peguei-me pensando nisso.” (l. 12-13).
- C) “Formas de comunicação que, aos poucos, vão criando vínculos fortes” (l. 26).
- D) “mas vai perdendo espaço para a comunicação verbal” (l. 29).
- E) “Uma conexão que aprendemos a fazer na infância” (l. 33).

QUESTÃO 10 – Assinale a alternativa que apresenta palavra ou expressão de mesmo valor semântico ao da locução conjuntiva “à medida que” (l. 29).

- A) Uma vez que.
- B) Porquanto.
- C) À proporção que.
- D) Ainda que.
- E) A fim de que.

LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 11 – A Lei nº 11.340/2006 cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica:

- I. Acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta.
- II. Manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até 2 meses.
- III. Encaminhamento à assistência judiciária, quando for o caso, inclusive para eventual ajuizamento da ação de separação judicial, de divórcio, de anulação de casamento ou de dissolução de união estável perante o juízo competente.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas I e III.

QUESTÃO 12 – De acordo com a Constituição Federal, a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I. Polícia federal e polícias civis.
- II. Polícia rodoviária e ferroviária federal.
- III. Polícias militares e corpos de bombeiros militares.
- IV. Polícias penais municipais.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I, II e III.
- B) Apenas I, II e IV.
- C) Apenas I, III e IV.
- D) Apenas II, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 13 – De acordo com a Constituição federal, é vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos seguintes casos, EXCETO:

- A) Improbidade administrativa.
- B) Pessoa com deficiência.
- C) Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.
- D) Recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa.
- E) Condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.

QUESTÃO 14 – De acordo com a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, podem propor a ação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual, ou por omissão, EXCETO:

- A) Prefeito Municipal.
- B) Mesa da Câmara Municipal.
- C) Associações de bairro e entidades de defesa dos interesses comunitários legalmente constituídas há mais de um ano.
- D) Procurador-Geral de Justiça.
- E) Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.

QUESTÃO 15 – De acordo com a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, na organização de sua economia, em cumprimento ao que estabelece a Constituição Federal, o Estado zelarà pelos seguintes princípios:

- A) Repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- B) Integração dos Estados da Região Sul em programas conjuntos.
- C) Independência nacional.
- D) Não intervenção.
- E) Concessão de asilo político.

QUESTÃO 16 – De acordo com a Lei nº 8.429/1992, assinale a alternativa que constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.

- A) Receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.
- B) Permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.
- C) Liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular.
- D) Permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores públicos transferidos pela administração pública a entidade privada mediante celebração de parcerias, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
- E) Liberar recursos de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular.

QUESTÃO 17 – A Lei Federal nº 12.288/2010 institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. Considera-se discriminação racial ou étnico-racial:

- A) Assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais.
- B) O conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga.
- C) Toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica.
- D) As ações, iniciativas e programas adotados pelo Estado no cumprimento de suas atribuições institucionais.
- E) Toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.

QUESTÃO 18 – De acordo com a Constituição Federal, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- A) Decretar o estado de sítio, o estado de defesa e a intervenção federal.
- B) Declarar a guerra e celebrar a paz.
- C) Proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação.
- D) Autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico.
- E) Manter o serviço postal e o correio aéreo nacional.

QUESTÃO 19 – De acordo com a Lei nº 2.374/2008, que institui o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Efetivos do Município de Ivoti. O RPPS visa a dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos os beneficiários, e compreende um conjunto de benefícios que, nos termos desta Lei, atendam às seguintes finalidades:

- I. Proteção à maternidade, especialmente à gestante de até 3 meses.
- II. Cobertura de eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada.
- III. Salário-família e auxílio reclusão, para os dependentes dos beneficiários de baixa renda.
- IV. Pensão por morte.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I, II e III.
- B) Apenas I, II e IV.
- C) Apenas I, III e IV.
- D) Apenas II, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 20 – Analise as assertivas abaixo em relação ao que a Lei Orgânica de Ivoti, no capítulo das políticas municipais, estipula como principais objetivos no que se refere à atuação do município na zona rural e assinala V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () Garantir o escoamento da produção, sobretudo o abastecimento alimentar.
- () Oferecer meios para assegurar ao pequeno produtor e trabalhador rural condições de trabalho e de mercado para os produtos, a rentabilidade dos empreendimentos e a melhoria do padrão de vida da família rural.
- () Promover a utilização dos recursos naturais, sem observância das causas de degradação do meio ambiente.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) F – V – V.
- B) F – V – F.
- C) F – F – V.
- D) V – V – F.
- E) V – F – F.

QUESTÃO 21 – É uma ferramenta poderosa para calcular, resumir e analisar os dados que lhe permitem ver comparações, padrões e tendências nos dados, é possível criar com apenas alguns cliques, sendo altamente flexíveis e podem ser ajustados(as) rapidamente dependendo de como os dados precisam ser exibidos. A que ferramenta essa descrição se refere?

- A) Guia.
- B) Mescla de célula.
- C) Tabela dinâmica.
- D) Formatação condicional.
- E) Segmentação de dados.

QUESTÃO 22 – A Figura 1 abaixo foi elaborada através de um arquivo Excel 2016:

	A	B	C
1	3	5	10
2	4	6	8
3			
4		=(A1+A2+B1+B2+C1+C2)/6	

Figura 1

Com base na Figura 1, analise as assertivas a seguir:

- I. Se digitarmos na célula C4 a fórmula =soma(A1:C2), o resultado será 36.
- II. A fórmula =(A1+A2+B1+B2+C1+C2)/6, digitada na célula B4, poderia ser substituída pela fórmula =média(A1:C2) e o resultado seria o mesmo.
- III. A fórmula =CONT.NÚM(A1:C1), se digitada na célula C3, traria como resultado o número 3.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 23 – Com base no Outlook, analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () É possível criar compromissos e reuniões.
- () Você pode adicionar uma assinatura aos seus e-mails, essa assinatura pode incluir texto, imagens, seu Cartão de Visita Eletrônico, um logotipo ou até mesmo uma imagem de uma assinatura manuscrita.
- () Ao receber uma mensagem, você poderá escolher uma das três opções: Responder, Responder a Todos ou Encaminhar.
- () Existe uma funcionalidade chamada de Acompanhamento, na qual você pode adicionar lembrete.
- () O Outlook é a única ferramenta da Microsoft que não tem teclas de atalho para as operações.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) V – V – V – V – F.
- B) V – V – V – V – V.
- C) F – F – F – F – F.
- D) F – F – V – F – V.
- E) V – V – F – V – F.

QUESTÃO 24 – Analise a Figura 2 abaixo que mostra a janela do navegador Firefox.

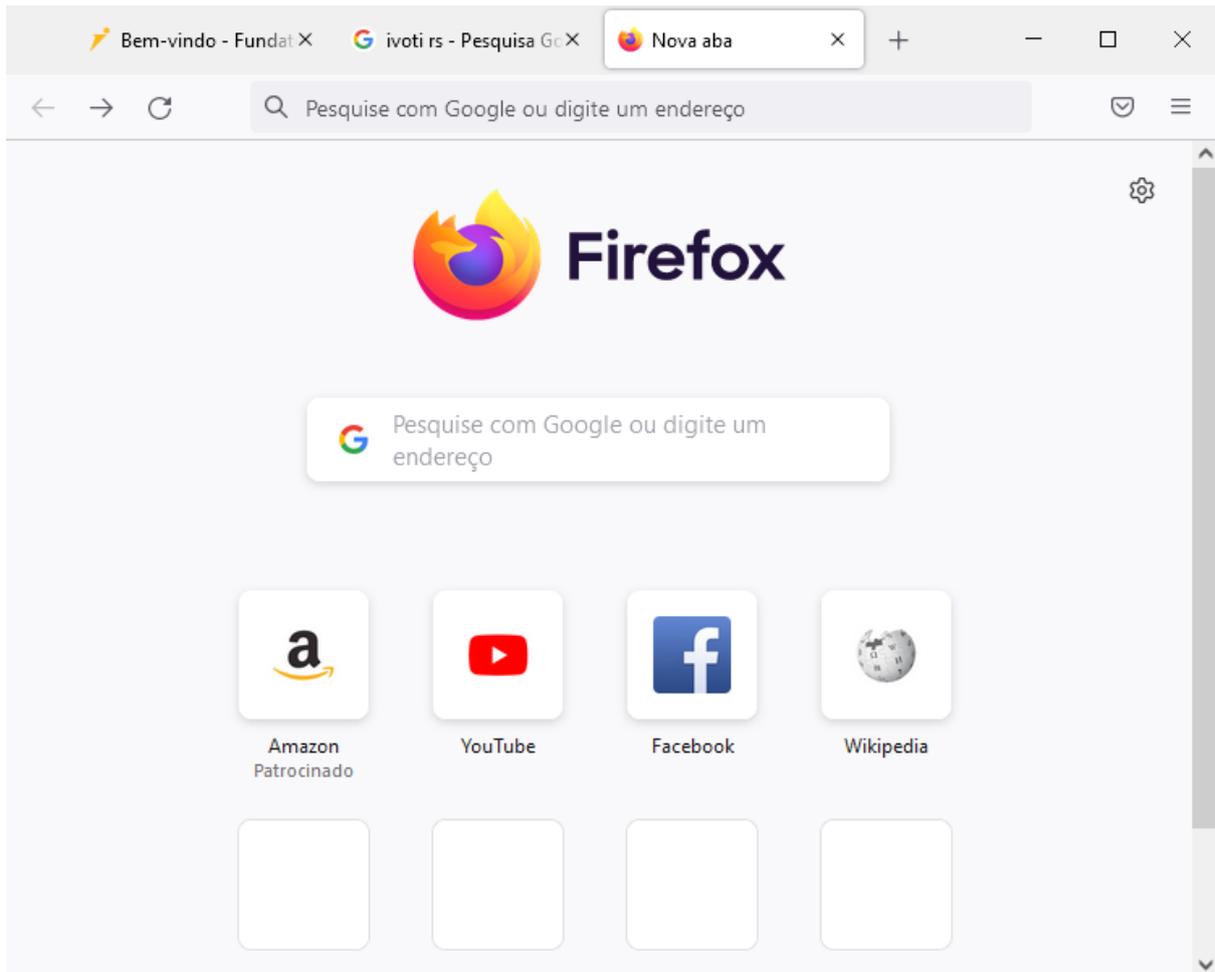


Figura 2

Com base na Figura 2, analise as assertivas abaixo:

- I. É possível adicionar mais atalhos à tela principal.
- II. Se na barra de endereço for digitado Fundatec, ele trará todas as ocorrências dessa palavra através de uma busca no Google.
- III. Na segunda aba, está sendo mostrado o site oficial de Ivoti.
- IV. A página da Fundatec está sendo mostrada na primeira aba.

Quais estão INCORRETAS?

- A) Apenas III.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas III e IV.
- D) Apenas I, II e III.
- E) Apenas II, III e IV.

QUESTÃO 25 – Um recurso muito conhecido no Word 2016 é o de Mala Direta, ele é utilizado principalmente quando você precisa enviar um documento para várias pessoas, porém precisa que algumas informações, como nome e endereço, sejam alteradas de acordo com cada pessoa, esse recurso está disponível na aba?

- A) Revisão.
- B) Exibição.
- C) Arquivo.
- D) Página Inicial.
- E) Correspondência.

MATEMÁTICA/RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÃO 26 – João fez uma aplicação de um valor numa empresa que oferta esse tipo de serviço. Ele investiu R\$ 28.850,00 por um período de 8 meses, com uma taxa de 36,6% ao ano. Qual foi o juro que João recebeu ao final do investimento?

- A) R\$ 2.769,60.
- B) R\$ 6.439,40.
- C) R\$ 7.039,40.
- D) R\$ 8.308,80.
- E) R\$ 8.447,28.

QUESTÃO 27 – Joana estuda em uma escola municipal de Ivoti, no segundo trimestre letivo recebeu as avaliações de matemática, porém não conseguiu calcular a sua média, pois cada uma tinha um valor.

Atividade	Nota	Percentual na Média
Prova Conjuntos	82	30%
Trabalho Sistemas	71	20%
Prova Sistemas	51	40%
Avaliação Qualitativa	78	10%

Analisando a tabela acima com as notas das provas e o percentual de cada uma sobre a média, qual foi a média de Joana na disciplina de matemática?

- A) 57.
- B) 67.
- C) 70.
- D) 77.
- E) 87.

QUESTÃO 28 – Em uma determinada cidade, no ano de 2020, foram 1.480 os casos de Covid-19 que necessitaram de internação para tratar a doença até o mês de outubro. No ano de 2021, no mesmo município, ocorreu um aumento de 75% de casos que foram internados no mesmo período. Sendo assim, qual foi o número de internados em 2021 por Covid-19 até o mês de outubro?

- A) 1.480.
- B) 1.555.
- C) 2.220.
- D) 2.590.
- E) 2.960.

QUESTÃO 29 – Uma empresa do município de Ivoti precisa entregar algumas encomendas de Natal para uma de suas lojas fora do estado. Sabendo que três máquinas, todas elas de igual eficiência, produzem 900 produtos em 7 dias, com um funcionamento diário de 6 horas, quantos produtos serão produzidos se seis máquinas operarem 8 horas diárias durante 14 dias?

- A) 1.181.
- B) 1.800.
- C) 2.700.
- D) 3.600.
- E) 4.800.

QUESTÃO 30 – Em função da pandemia de Covid-19, uma empresa precisou adquirir testes rápidos para realizar semanalmente a testagem de todo o seu quadro de funcionários. Sabendo que a empresa conta com 3.685 funcionários trabalhando presencialmente e que cada teste foi adquirido pelo valor de R\$ 62,75, qual o valor semanal que a empresa gastará com a testagem?

- A) R\$ 131.175,75.
- B) R\$ 181.473,23.
- C) R\$ 221.733,75.
- D) R\$ 231.233,75.
- E) R\$ 331.245,33.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31 – Acerca dos poderes administrativos, assinale a alternativa correta.

- A) Poder regulamentar e poder regulatório são sinônimos.
- B) O regulamento jurídico estabelece normas sobre a organização administrativa ou que afetam apenas os particulares que se encontram em relação de sujeição especial com a Administração.
- C) A Constituição Federal de 1988 não admite regulamentos autônomos.
- D) O Poder de Polícia em sentido amplo diz respeito ao exercício da função administrativa, fundada na lei, que restringe e condiciona o exercício de direitos e atividades privadas, com o objetivo de implementar o interesse público.
- E) O poder disciplinar é a prerrogativa reconhecida à Administração Pública para investigar e punir, observados o contraditório e a ampla defesa, os agentes públicos, na hipótese de infração funcional, e os demais administrados sujeitos à disciplina especial administrativa.

QUESTÃO 32 – No que concerne às formas judiciais de controle da atividade administrativa, assinale a alternativa correta.

- A) Nos termos da Lei nº 4.717/1965, qualquer pessoa, física ou jurídica, será parte legítima para manejar a ação popular.
- B) A teor do disposto na Lei nº 7347/1985, qualquer pessoa poderá e o servidor público deverá provocar o juiz, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil e indicando-lhe os elementos de convicção.
- C) Em ação civil pública, regida pela Lei nº 7.347/1985, em qualquer hipótese, não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem condenação da associação autora.
- D) Na forma da Lei nº 12.016/2009, quando, a requerimento de pessoa jurídica de direito público interessada ou do Ministério Público, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, o presidente do tribunal ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso suspender, em decisão fundamentada, a execução da liminar e da sentença, dessa decisão caberá agravo, sem efeito suspensivo, no prazo de cinco dias, que será levado a julgamento na sessão seguinte à sua interposição.
- E) No mandado de segurança coletivo, a sentença fará coisa julgada *erga omnes*.

QUESTÃO 33 – No que concerne ao controle de constitucionalidade das leis, assinale a alternativa correta.

- A) A chamada “cláusula de reserva de plenário”, prevista no Art. 97 da CF/1988, assinala que somente pelo voto de dois terços de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- B) A declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade, inclusive a interpretação conforme a Constituição e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto, têm eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública federal, estadual e municipal.
- C) Dentre os legitimados à propositura da ação direta de inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal, estão o Governador do Estado, a Mesa de Assembleia Legislativa, o Prefeito Municipal e a Mesa da Câmara de Vereadores.
- D) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal.
- E) Em qualquer hipótese, a medida cautelar na ação direta de inconstitucionalidade só será concedida por decisão da maioria absoluta dos membros do Tribunal.

QUESTÃO 34 – De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943), a convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre.

- A) Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- B) Número de dias de férias devidas ao empregado.
- C) Prorrogação de jornada em ambientes insalubres, sem licença prévia das autoridades competentes do Ministério do Trabalho.
- D) Licença-maternidade com a duração mínima de 120 dias.
- E) Definição legal sobre os serviços ou atividades essenciais e disposições legais sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade em caso de greve.

QUESTÃO 35 – Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988, sobre o Sistema Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

- A) Compete aos Municípios 50% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
- B) A União, os Estados e os Municípios, mediante lei complementar, poderão instituir empréstimos compulsórios.
- C) Os Municípios poderão instituir taxa, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública.
- D) Os Municípios, para promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País, poderão estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- E) Compete aos Municípios instituir impostos sobre a transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, inclusive os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição.

QUESTÃO 36 – Sobre os sujeitos da relação de emprego, assinale a alternativa correta.

- A) Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço, excetuados os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, mesmo quando admitirem trabalhadores como empregados.
- B) Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integrem grupo econômico, serão responsáveis solidariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego, caracterizando-se o grupo pela mera identidade dos sócios.
- C) Considera-se empregado toda pessoa física, ou jurídica, que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.
- D) Qualquer alteração na estrutura jurídica da empresa não afetará os direitos adquiridos por seus empregados, só sendo lícita, nos contratos individuais de trabalho, a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, e ainda assim desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia.
- E) É considerada alteração unilateral a determinação do empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança.

QUESTÃO 37 – Assinale a alternativa que apresenta entendimento sumulado pelo Tribunal Superior do Trabalho sobre a ação rescisória na Justiça do Trabalho.

- A) Sob a vigência do CPC de 2015 (Art. 966, inciso VII), para efeito de ação rescisória, considera-se prova nova a cronologicamente velha, inexistente ao tempo do trânsito em julgado da decisão rescindenda, mas ignorada pelo interessado ou de impossível utilização, à época, no processo.
- B) É prova nova apta a viabilizar a desconstituição de julgado sentença normativa proferida ou transitada em julgado posteriormente à sentença rescindenda.
- C) O Sindicato, substituto processual e autor da reclamação trabalhista, em cujos autos fora proferida a decisão rescindenda, não possui legitimidade para figurar como réu na ação rescisória, sendo necessária a citação de todos os empregados substituídos, porquanto existente litisconsórcio passivo necessário.
- D) Em face do que dispõem a MP 1.984-22/2000 e o Art. 969 do CPC de 2015, é cabível o pedido de tutela provisória formulado na petição inicial de ação rescisória ou na fase recursal, visando a suspender a execução da decisão rescindenda.
- E) Procede ação rescisória calcada em violação do Art. 7º, XXIX, da CF/1988 quando a questão envolve discussão sobre a espécie de prazo prescricional aplicável aos créditos trabalhistas, se total ou parcial.

QUESTÃO 38 – É anulável o negócio jurídico quando:

- A) Celebrado por pessoa absolutamente incapaz.
- B) Tiver por objetivo fraudar lei imperativa.
- C) Não revestir a forma prescrita em lei.
- D) For ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto.
- E) For resultante de estado de perigo ou lesão.

QUESTÃO 39 – Sobre os dissídios individuais submetidos ao procedimento sumaríssimo, na Justiça do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- A) São submetidos ao rito sumaríssimo os dissídios individuais cujo valor não exceda a 70 vezes o salário-mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação.
- B) Nas reclamações submetidas ao rito sumaríssimo, não encontrado o reclamado, far-se-á a citação por edital.
- C) Na ata de audiência, serão registrados detalhadamente os atos essenciais, as afirmações fundamentais das partes e as informações úteis à solução da causa trazidas pela prova testemunhal.
- D) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, desde que requeridas previamente.
- E) Estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.

QUESTÃO 40 – Considerando o disposto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942), assinale a alternativa correta.

- A) A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa poderá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas.
- B) Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.
- C) Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, em respeito ao princípio da impessoalidade, não serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado à ação do agente.
- D) Em respeito à independência das instâncias, as sanções aplicadas ao agente não serão levadas em conta na dosimetria das demais sanções de mesma natureza e relativas ao mesmo fato.
- E) A decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, poderá prever regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.

QUESTÃO 41 – Considerando o entendimento sumulado pelo STJ em matéria consumerista, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A empresa responde, perante o cliente, pela reparação de dano ou furto de veículo ocorridos em seu estacionamento.
- B) A renegociação de contrato bancário ou a confissão da dívida impede a possibilidade de discussão sobre eventuais ilegalidades dos contratos anteriores.
- C) É abusiva a cláusula contratual de plano de saúde que limita no tempo a internação hospitalar do segurado.
- D) É legítima a cobrança da tarifa básica pelo uso dos serviços de telefonia fixa.
- E) Nos contratos bancários, é vedado ao julgador conhecer, de ofício, da abusividade das cláusulas.

QUESTÃO 42 – Considerando o disposto no Código de Processo Civil e suas normas fundamentais, assinale a alternativa correta.

- A) É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao Ministério Público zelar pelo efetivo contraditório.
- B) Jamais se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.
- C) O juiz pode decidir com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, quando se tratar de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- D) Os juízes e os tribunais atenderão, obrigatoriamente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.
- E) Nos casos de segredo de justiça, pode ser autorizada a presença somente das partes, de seus advogados, de defensores públicos ou do Ministério Público.

QUESTÃO 43 – Assinale a alternativa correta em relação à atuação da Advocacia Pública no processo civil.

- A) Incumbe à Advocacia Pública, na forma da lei, defender e promover os interesses públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por meio da representação judicial, em todos os âmbitos federativos, das pessoas jurídicas de direito público que integram a administração direta, apenas.
- B) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação por diário oficial.
- C) Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público.
- D) O membro da Advocacia Pública será civil e diretamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.
- E) A requerimento da Defensoria Pública, o juiz determinará a intimação pessoal da parte patrocinada quando o ato processual depender de providência ou informação que preferencialmente por ela deva ser realizada ou prestada.

QUESTÃO 44 – Sobre a execução fiscal, à luz do disposto na Lei de Execução fiscal (Lei nº 6.830/1980) e do entendimento sumulado pelo STJ, é correto afirmar que:

- A) Em ações de execução fiscal, é desnecessária a instrução da petição inicial com o demonstrativo de cálculo do débito, por tratar-se de requisito não previsto no Art. 6º da Lei nº 6.830/1980.
- B) Em ações de execução fiscal, a petição inicial pode ser indeferida sob o argumento da falta de indicação do CPF e/ou RG ou CNPJ da parte executada.
- C) Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes. Contudo, o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente exige prova de abuso da personalidade jurídica.
- D) A citação por edital não é admissível na execução fiscal.
- E) A exceção de pré-executividade não é admissível na execução fiscal.

QUESTÃO 45 – No que concerne aos crimes contra a Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- A) Incorre em corrupção ativa o agente que cobra para outrem vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.
- B) Iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria, configura o delito de contrabando.
- C) Aquele que se opõe à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio, pratica o crime de desobediência.
- D) Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza, pratica o crime de excesso de exação.
- E) O funcionário público que, por indulgência, deixar de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente, pratica o crime de prevaricação.

QUESTÃO 46 – Considerando o disposto no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta sobre o perdão judicial.

- A) Concedido o perdão, mediante declaração expressa nos autos, o querelado será intimado a dizer, dentro de três dias, se o aceita, devendo, ao mesmo tempo, ser cientificado de que o seu silêncio importará aceitação.
- B) O perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, independentemente de aceite pelos demais.
- C) A aceitação do perdão fora do processo independe de declaração.
- D) O perdão poderá ser aceito por procurador, independentemente de poderes especiais.
- E) Aceito o perdão, o juiz julgará extinta a culpabilidade.

QUESTÃO 47 – Sobre o lançamento tributário, é correto afirmar que:

- A) A atividade administrativa de lançamento é discricionária.
- B) Salvo disposição de lei em contrário, quando o valor tributário estiver expresso em moeda estrangeira, no lançamento, far-se-á sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador da obrigação.
- C) O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, exceto quando posteriormente modificada ou revogada.
- D) Não se aplica ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.
- E) A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento, somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido anteriormente à sua introdução.

QUESTÃO 48 – São hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário:

- A) A moratória e o pagamento.
- B) O depósito integral e a transação.
- C) A concessão de medida liminar em mandado de segurança e a remissão.
- D) O parcelamento e a conversão de depósito em renda.
- E) As reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo e a moratória.

QUESTÃO 49 – A teor do disposto na Lei nº 9.986/2000, são unidades de conservação integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, do grupo das Unidades de Proteção Integral:

- A) Estação ecológica e área de proteção ambiental.
- B) Reserva biológica e floresta nacional.
- C) Parque nacional e Monumento natural.
- D) Refúgio da vida silvestre e reserva extrativista.
- E) Reserva biológica e reserva de fauna.

QUESTÃO 50 – Sobre o licenciamento ambiental, regulamentado pela Resolução nº 237/1997 do CONAMA, assinale a alternativa correta.

- A) A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.
- B) Compete ao IBAMA, ouvidos os órgãos competentes dos Estados e do Distrito Federal, quando couber, o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local e daquelas que lhe forem delegadas pelo Estado por instrumento legal ou convênio.
- C) Os empreendimentos e atividades poderão ser licenciados em mais de um nível de competência.
- D) O IBAMA definirá, quando necessário, licenças ambientais específicas, observadas a natureza, características e peculiaridades da atividade ou empreendimento e, ainda, a compatibilização do processo de licenciamento com as etapas de planejamento, implantação e operação.
- E) No procedimento de licenciamento ambiental poderá constar, facultativamente, a certidão da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo e, quando for o caso, a autorização para supressão de vegetação e a outorga para o uso da água, emitidas pelos órgãos competentes, a critério do órgão licenciador.

PROVA DISCURSIVA

O Município de Ivoti – RS pretende realizar licitação para a construção de uma unidade básica de saúde no bairro Bom Pastor, valendo-se da Lei 8.666/1993 e suas alterações. Diante de tal quadro, contratou a pessoa física de João, engenheiro, como consultor para a elaboração do projeto básico, que foi posteriormente aprovado pela autoridade competente. Uma vez lançado o edital, João buscou participar da licitação por meio de empresa na qual possui 9% (nove por cento) do capital com direito a voto. Sua empresa, contudo, foi eliminada na proposta de preços. Posteriormente, João foi procurado para prestar serviços de consultor, tanto pela vencedora como pela Administração Pública. João aceitou a proposta da empresa, todavia foi designado para laborar em contrato de outro cliente. Diante de tal quadro, responda fundamentadamente:

- A) A empresa que tem João como titular de 9% (nove por cento) do capital com direito a voto poderia ter participado da licitação?
- B) João pode ser contratado como consultor pela empresa vencedora do certame? O autor do projeto básico pode ser contratado, a idêntico título, pela Administração Pública?
- C) A contratação de João, com designação para atuação em contrato de cliente diverso da Administração Pública, é considerada participação indireta do autor na contratação, para fins da Lei 8.666/1993?

Utilize este espaço para fazer seu rascunho

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	